

PROJETO DE LEI № 026 /2014
· ====================================
Autoria: Manuel Kafael Campos
Assunto: Establece a Area Escolar de Segurança
reme Espaço de Prioridade Especial de Pedex Viblico Municipal
======================================
= AUTUAÇÃO =
Aos () dias do mês de de 20, eu,
acuso no Protocolo deste Poder Legislativo, o recebimento do Projeto de Lei acima especificado, protocolando-c sob o nº
= CONTROLE DE APRECIAÇÃO =
$\frac{(03/32/2014.)}{\text{Expediente}} = \underbrace{(18/03/15.)}_{\text{Expediente}} = \underbrace{(18/03/15.)}_{\text{Redação Final}} = \underbrace{(18/03/15.)}_{\text{Redação Final}}$
=DELIBERAÇÕES INTERNAS=
=========///==============
===Encaminhado ao Poder Executivo em:/, através do Of. nº/20 GPCMAC===
=====================================

 \square Sim \square Não



Neste.

CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO - ES

Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

MENSAGEM LEGISLATIVA Nº. 026 /2014.

CIÊNCIA EM SESSÃO DIA, 03 / JD / 2014

Afonso Cláudio/ES. 24 de novembro de 2014

CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLAUDIO

變

PROCESSO Nº 000993/2014

25/11/2014

A Sua Excelência o Senhor Nilson Ernando Lopes Presidente da Câmara Municipal

Estabele a Área Escolar de Segurança como Espaço de Prioridade Especial do Poder Público Municipal.

Excelentíssimo Senhor Presidente.

Anexo ao presente, estamos encaminhando a Vossa Excelência, para apreciação e deliberação Plenária desta Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei, intitulado: "Estabelece a Área Escolar de Segurança Como Espaço de Prioridade Especial Poder Público Municipal".

Desta forma, gostaria de contar com o indispensável apoio de Vossa Excelência e demais Pares para a aprovação do presente Projeto, no que antecipadamente agradecemos, aproveitando para reafirmar nossos sinceros votos de apreço e considerações.

Atenciosamente,

MANUEL RAFAEL CAMPOS Vereador



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

ESTABELECE A ÁREA ESCOLAR DE SEGURANÇA COMO ESPAÇO DE PRIORIDADE ESPECIAL DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL.

A CÂMARA MUNICIPAL DE AFONSO CLÁUDIO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - A área escolar de segurança é aquela de prioridade especial do Poder Público Municipal, que objetiva garantir, através de ações sistemáticas e prenunciadas em lei, à realização os objetivos das instituições educacionais, cuja finalidade é proporcionar a tranquilidade dos alunos, professores e pais.

Art. 2º - A área de que trata a presente lei corresponderá a círculos de raio correspondente a 100 (cem) metros, com centro nos portões de entrada e saída das escolas e deverá ser indicado por placas a serem afixadas nas proximidades.

Art. 3º - A Prefeitura Municipal de Afonso Cláudio, na área descrita no art. 2º, deverá:

I. Intensificar os serviços de fiscalização do comércio existente, em especial o de ambulantes, coibindo a comercialização de produtos ilícitos:

II. viabilizar, dentro da previsão orçamentária corrente ou com o apoio da comunidade ou ainda da iniciativa privada, a adequação dos espaços circunvizinhos, de modo a não causar insegurança nas escolas e sua clientela, devendo, para isso, providenciar, quando possível:



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

- a) Iluminação pública adequada nos acessos à instituição;
- **b)** pavimentação de ruas e manutenção de calçadas para que fiquem em perfeitas condições de uso;
 - c) Poda de árvores e limpeza de terrenos;
 - d) Retirada de entulhos;
- e) Manutenção permanente de faixas de travessia de pedestres, semáforos e redutores de velocidade.
- **III.** Coibir, nos termos da lei, a distribuição ou exposição de escritos, desenhos, pinturas, estampas ou qualquer objeto que demonstre algo obsceno ou pornográfico;
- IV. reprimir a realização de jogos de azar e jogos eletrônicos movidos a valores pecuniários, proibidos por lei, de modo a dificultar seu surgimento e proliferação;
- **V.** controlar, através de fiscalização intensiva do comércio em geral, o acesso de crianças e adolescentes a:
- a) quaisquer produtos farmacêuticos que possam causar dependência química;
- explosiva;
- b) gasolina ou qualquer substância inflamável ou
- c) fogos de artificio;
- d) bebidas alcoólicas.
- Art. 4º Ao Executivo Municipal caberá representar junto aos órgãos competentes no âmbito de sua jurisdição e aplicar sanções aos infratores por desobediência aos ditames legais ora impostos.
- Art. 5º Para custear possíveis despesas em decorrência desta lei, fica autorizado o Executivo Municipal a promover convênios e parcerias



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

com entidades e empresas estabelecidas no local, visando à execução dos objetivos ora mencionados.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Monsenhor Paulo de Tarso Rautenstrauch.

Afonso Cláudio/ES, _____ de_____ de 2014.

MANUEL RAFAEL CAMPOS Vereador



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

RELATÓRIO

A Câmara Municipal de Afonso Cláudio/ES, na pessoa do Vereador Manuel Rafael Campos, encaminha para deliberação plenária por meio da Mensagem nº. 0026/14, o Projeto de Lei incluso, intitulado: "Estabelece a área escolar de segurança como espaço de prioridade especial do Poder Público Municipal", o qual, após o regimental despacho na Sessão do dia 13/12/2014, adveio a esta Comissão, já cumprida a tramitação pela Assessoria Jurídica desta Casa.

Desta forma, e, conforme se deve proceder, a citada Mensagem foi protocolada neste Poder Legislativo em **25/11/2014**, sob o nº **0000993/2014**, em face ao controle das matérias deste Legislativo, para apreciação desta Comissão.

Portanto, depois de relatado sua titularidade e demais observâncias de praxe, passa o presente Projeto à devida deliberação nesta Comissão, na seguinte ordem:

1° VOTO

ROMILDO VALSEIR ORTOLANI Relator

Inicialmente cumpre destacar que a inciativa e o encaminhamento de matéria desta natureza é de competência do Poder Legislativo Municipal, conforme disciplina a legislação pertinente.

No que diz respeito ao Projeto em apreciação, este visa estabelecer a área escolar de segurança como espaço de prioridade do Poder Público Municipal, objetivando a realização das finalidades das instituições educacionais, proporcionando tranquilidade dos alunos, professores e pais, através de ações sistemáticas e prenunciadas em lei.

Desta forma, de acordo com nosso entendimento e com base nas normas regimentais, o presente Projeto não se encontra dentro dos parâmetros legais e constitucionais. Sendo assim, voto pela sua **rejeição**.

ROMILDO VALSEIR ORTOLANI Relator



Parlamento: JOMAR CLÁUDIO CORRÊA

2º VOTO

ROMILDO CAMPORÊZ DA SILVA Presidente

O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, após análise do Projeto, concordando em todos os termos com o Ilustre Relator, vem também emitir seu voto pela <u>rejeição</u> do Projeto em apreciação.

ROMILDO CAMBOREZ DA SILVA Presidente

PARECER

Assim sendo, diante das alegações e fundamentações aludidas, a **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**, concluiu seu parecer pela **REJEIÇÃO** do Projeto em apreço.

Sala de Reuniões "Dr. José Almério Petronetto". Afonso Cláudio/ES, 27 de fevereiro de 2015.

ROMILDO CAMPOREZ DA SILVA

Presidente

ROMILDO VALSEIR ORTOLANI

Relator